

Os verdadeiros proprietários do Brasil, por Carlos Tautz



À pergunta 'quem são os mais poderosos do Brasil?', a resposta tem sido “a lista das maiores empresas, por faturamento, publicadas anualmente pela imprensa brasileira”. Porém, ainda que neste rol estejam de fato alguns dos maiores capitalistas nacionais, nem sempre os proprietários últimos são ali encontrados.

Com esta questão na cabeça, e um enorme trabalho a fazer em mãos, o Instituto Mais Democracia, co-coordenado pelo autor deste artigo, e a Cooperativa EITA-Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão, toparam o desafio. E descobriram que o conglomerado Telefônica, a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), o grupo Telemar, a holding Bradesco a família Gerdau são os maiores proprietários últimos do Brasil. A lista completa está em www.proprietariosdobrasil.org.br.

A pesquisa leva em consideração a receita dos maiores grupos de capital aberto existentes no Brasil, mas incorpora as participações societárias cruzadas que os grupos privados têm entre si, incluindo também a participação do Estado brasileiro, através de suas estatais.

Foram considerados apenas os grupos privados e, ainda, não a União como proprietária última.

Da pesquisa surgiram nomes que em geral não frequentam o noticiário. Entre eles estão a Wilkes Participações (sociedade de Abílio Diniz com os franceses do Casino no controle do Pão de Açúcar), a Blessed Holdings (leia-se frigoríficos JBS e Bertin), o Santander e os conglomerados de Jereissati e Grupo Ultra. Os 12 primeiros da lista ancoram mais de 51% do poder acumulado.

Nota-se a participação e articulação de diferentes frações do Estado nacional com esses diversos grupos, não apenas na participação acionária que detêm neles, mas, também, através do financiamento direto através do BNDES (o eixo central dessa grande articulação de poder), além de outros bancos estatais e variados tipos de subsídios, diretos e indiretos.

Não há estado de direito sem que a sociedade conheça as estruturas de poder econômico do setor privado e suas influências nas orientações de estratégia econômica e de desenvolvimento do Brasil.

Uma cortina de fumaça recobre a estrutura de poder econômico no País e isenta seus agentes máximos de qualquer responsabilidade sobre os danos sociais, econômicos, culturais e ambientais gerados pelas ações das empresas que controlam. É esta a principal estratégia de “desaparecimento” que estes grupos e suas conexões com o Estado operam.

Jogar um fecho de luz sobre esta cortina de fumaça é um importante passo no sentido de retomar à sociedade o controle da economia, o bunker de poder que ainda precisa ser entendido e pressionado, para que o Brasil se identifique, de fato e de direito, como uma democracia.

Fonte: Carlos Tautz, jornalista, é coordenador do [Instituto Mais Democracia](#) – Transparência e Controle Cidadão de Governos e Empresas. Publicado em 29 de janeiro de 2013.

